

Truques com vítimas

7 MAI 1988

ALÉM DA crise eterna em que vive a educação brasileira, temos agora novas crises que lhe foram adicionadas — algumas autênticas, outras artificiais — que tumultuam, como nos truques de prestidigitação, o entendimento dos problemas verdadeiros.

SE NÃO, vejamos: as mensuralidades escolares, a propósito dos quais se firmou um acordo em nome da paz social, no Rio de Janeiro — e baixou-se um decreto federal, para o resto do País — permanecem em debate. Fora do Rio de Janeiro, isto se deve à obscuridade dos cálculos, que impõem a edição de uma cartilha. Faltam mesmo cartilhas no ensino brasileiro — mas cartilhas para ajudar a impedir abusos são algo diferente. Se realmente os manuais do MEC servirem para o que se propõem — ou seja, se o Estado por esse meio conseguir tornar simples e claro o que ele mesmo fez confuso — faltará papel para todas as cartilhas que será necessário editar no País.

NO RIO de Janeiro, o acordo destinado a produzir a paz social leva as partes a se entrecrocarem quanto à sua aplicação. O que vinha para pacificar passa a ser utilizado para hostilizar: cada uma das partes tem seus números, sua verdade, suas razões. A Polícia é mobilizada para notificar estabelecimentos de ensino, muitos refazem cálculos, outros tantos recorrem à Justiça ou se preparam para fazê-lo.

O ÓRGÃO estadual competente para aplicar o acordo reflete o desentendimento: a Comissão de Encargos do Conselho Estadual de Educação faz cálculos e considera erradas as contas de uma escola. O plenário do Conselho vota contra o parecer da Comissão, pedindo para ver os cálculos. Disto resulta, sem qualquer seqüência lógica, que membros do colegiado pedem a dissolução do órgão — não é, de certo, o predomínio do bom senso na busca do entendimento.

ENQUANTO isto, as redes municipal e estadual de escolas oficiais são degradadas aos olhos da população. Algumas escolas do Município ainda abrigam flagelados, outras têm seu funcionamento prejudicado com a reintrodução de um terceiro turno. Haverá, com certeza, muitas unidades onde só acontece o normal: professores dando aula e alunos estudando. Mas o ensino público é genericamente acusado de ser péssimo, sem que as autoridades responsáveis ou os seus professores ergam a voz para defender o que realmente funciona bem.

NÃO PODERÁ o Poder Público dizer ao pai da classe média, levado à angústia pelo custo do ensino privado, que tem condições de lhe oferecer, como é seu dever constitucional, ensino gratuito e bom?

PELO VISTO, não. E o que se vê é o Secretário Municipal liderando uma caravana para levar a Brasília abaixo-assinado

em defesa da escola pública e contra a privatização do ensino. Entende-se que algumas lideranças estudantis, politizadas mal e precocemente, promovam passeatas contra essa suposta privatização. Mas que o faça um responsável pelo ensino público — que por força do cargo conhece a realidade — eis mais um sintoma da insanidade generalizada.

DE FATO: quem está privatizando o quê no ensino brasileiro? Onde atua esse lobby, em quais antecâmaras sussurra a sua mensagem? Dos estabelecimentos particulares, o que se sabe é o que proclamam: que desejam uma educação pública de bom nível e capaz de atender à demanda que existir — para que possam deixar de ser vistos como concessionários de um serviço público, sujeitos ao controle financeiro que se exerce, por exemplo, sobre empresas de ônibus.

SÃO ESSES os elementos do caos: cálculos confusos, desentendimento generalizado, debate do que não está em questão e esquecimento do que realmente importa.

COMO NA prestidigitação, a mão é mais rápida do que a vista. O que se vê é a ilusão, o coelho que sai da cartola onde não havia coelho algum. Com um belo discurso, ou uma boa confusão, distrai-se o distinto público. Com a diferença de que, neste caso, o êxito do truque produz vítimas reais: aqueles que precisam e querem estudar.